

DOSSIÊ

História da Política e do Direito Internacional

Sérgio Nunes Caitano¹

FORMAÇÃO DO CONFLITO PALESTINO-ISRAELENSE

PALESTINIAN-ISRAELI CONFLIT FORMATION

RESUMO:

Este trabalho busca estudar como se deu o surgimento do atual conflito palestino-israelense, as origens, e para tanto, utiliza registros cartográficos. Busca compreender como no jogo de poder anterior, na constância, e após a Primeira Guerra Mundial, se deu a delimitação do espaço geográfico na Palestina e a legitimação do povo judeu e palestino social e politicamente. A razão para a escolha do tema é a ideia de que, sem se estudar os fundamentos, as memórias, que levaram ambos os povos a se legitimarem como senhores daquele espaço geográfico, não há entendimento, nem solução para o impasse.

Palavras-chave: História das Relações Internacionais; História do Direito Internacional; Oriente Médio; Conflito Palestino-Israelense.

ABSTRACT:

This monography searches study how did the emergence of the actual palestinian-israeli conflict, the origins, and therefore, uses cartographic records. Seeks to understand how in the previous power game, in the constancy, and after the First World War, how did the delimitation of geographical space in Palestine and the socially and politically jewish and palestinian legitimation. The reason for the theme choose is the ideia that, without study the fundamentals, the memories, that took both people to legitimize as lords of that geographical space, have not deal, neither solution for the impasse

Keywords: History of International Relations; History of International Law; Middle East; Palestinian-Israeli Conflict.

INTRODUÇÃO

Em meio ao breve século XX, como se referiu o historiador britânico nascido no Egito, Eric Hobsbawn, ocorreram inúmeras transformações na geopolítica mundial. Ênfase especial para o fim do “gigante doente da Europa”, como Nicolau I da Rússia designou o Império Otomano, este que remontava à Idade Média, e era herdeiro cultural e territorial do Império Bizantino e Islâmico.

No seu fim, já havia começado o saque de suas províncias mais ricas pelas potências europeias, França e Reino Unido, países que haviam tomado para si, como protetorados, a Palestina, a Jordânia, o Líbano, a Síria e o Iraque,

para ficar adstrito aos países que foram afetados pela formação do Estado de Israel.

Após a Primeira Guerra Mundial, por meio do Tratado de Sèvres esses territórios foram oficializados pelas potências como protetorados das potências vencedoras, França e Reino Unido. O Tratado de Sèvres transborda os interesses de ambas, e acomoda interesses russos e italianos na Anatólia. Pelo Acordo Sykes-Picot, secreto e firmado entre França e Reino Unido em 1916, foi o esboço que posteriormente foi ratificado no tratado supracitado.

A Palestina sob o mandato britânico, após a Primeira Guerra Mundial, e o esfacelamento do Império Otomano, do qual restou somente o centro, a Anatólia, com a atual Turquia, começou a

¹ Mestrando em Direito e Ciência Jurídica – Ciências Jurídico-Internacionais (FD/Ulisboa) Especialista em Direito Tributário/ Penal/ Constitucional/ Internacional (IDD/IBMEC)/ Especializando em Direito Empresarial (Faculdade Legale) Bacharel em Relações Internacionais (IRID/UFRJ)/ Direito (Fadir/UFMS – OAB/RJ)/ Bacharelado em História (Escola de História/UNIRIO). sncaitano@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0001-5571-4009>

receber levas de judeus sionistas com a anuência do Reino Unido.

Estas levas eram um processo diferente das levas de judeus religiosos que começaram a chegar em fins do século XIX, pois estes não buscavam um Estado nacional, mas regressar à Terra de Israel. Estas levas de religiosos chegaram com a permissão dos Otomanos, compraram terras e instituíram propriedades coletivas, produzindo em terras antes áridas e pantanosas.

Os judeus da diáspora, por meio do movimento Sionista, conseguiram a Declaração Balfour em 1917, apoio formal do mandato britânico à migração de judeus para a região. Esses judeus sionistas começaram a ser uma minoria na Palestina que demandava cada vez mais terras, e cada vez mais se isolava dos palestinos, pois buscavam o Estado judaico sem árabes, e acreditavam ser a mão de obra judaica mais produtiva.

Os árabes, por sua vez, os isolavam, os viam como colonizadores europeus que arrebatariam parte da terra de seus antepassados. Formava-se assim, duas comunidades distintas com aspirações a Estado-nação no mesmo território, uma entremeada pela outra, com o diferencial de que havia uma densidade demográfica maior de palestinos que de judeus.

O problema ganha os contornos atuais na década de 30, quando os conflitos entre ambos eram rotineiros, e a demanda por território judeu se ampliava na comunidade, devido à chegada de cada vez mais judeus fugindo das perseguições ocorridas no Leste Europeu. Nessa esteira, surgiram os primeiros mapas, separando territórios maiores para os palestinos que eram maioria, e que após a diáspora judaica haviam se assentado no terreno, mas que agora, de alguma forma, seriam espoliados do que cativaram e cultivaram por gerações.

Contudo, a necessidade de um Estado judeu tornou-se iminente para o mundo com o genocídio nazista descoberto ao fim da Segunda Guerra Mundial. Porém, qualquer lugar, no qual se propusesse essa criação, haveria a espoliação territorial de algum povo. A Palestina se firmou

como melhor alternativa, pois já existia a migração judaica para a “Terra Santa” há mais de meio século, somada à relação cultural e bíblica. A ONU optou por assentar ali os judeus sobreviventes, e tantos outros na diáspora que desejavam viver em um lar verdadeiramente judaico.

Porém, o mapa que a Organização das Nações Unidas aprovou em 1947, nada tinha de mais irreal, insustentável, segmentado e ilógico, para a convivência pacífica de dois povos. Colocava-os sem um território contínuo e com reservas desiguais de recursos naturais, ao modo como foi feito na África e no restante do Oriente Médio. Seguindo somente ao interesse das potências, foi desenhado um mapa que desagradou a árabes e a judeus. Aos judeus pela fragilidade da segmentação e por não abarcar todo o território histórico de Israel, aos palestinos por espoliar o território pertencente a eles como direito natural. O mapa colocou-os em guerra desde a Declaração de Independência de Israel ou a Nakba palestina.

As questões que afloram são: como criar uma representação geográfica que agrade a ambos quando cada um exclui o outro na sua afirmação de Estado-nação? Como que pode um mapa que se coloca para buscar a paz, encontrar um conflito que polariza o mundo?

Ainda: de que forma indenizar esse povo que teve seu território tradicional espoliado, de forma que não crie animosidades? Quais fatos ocasionaram o conflito? Como se resolver o atual conflito que se arrasta há anos, e que aparentemente não tem solução devido aos radicais de ambos os lados? Por que o conflito chegou ao atual patamar? Quais são os conceitos e valores envolvidos no conflito?

Por meio da História das Relações Internacionais, da História do Direito Internacional, somada à História Contemporânea e à Geopolítica, analisando mapas que remontam ao início do século XX, ainda durante o mandato britânico, articula-se que havia possibilidades mais justas, como também a cartografia deveria ter respeitado algum diálogo entre as partes, e não por meio de uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, como foi a Resolução 181.

Percebe-se que o conflito que já perdura por meio século, foi um déficit de negociação na produção da espacialidade pelas potências da época, e não por algum ódio que existira desde séculos entre os povos. E ainda, caracteriza-se o mapa, como mais um elemento que produziu conflito, ao invés de encontrar a paz almejada pela ONU, paz e segurança internacionais que são os pilares fundadores deste organismo.

No conflito palestino-israelense, ainda, se faz muito apropriado pensar Benedict Anderson com “comunidades imaginadas”, bem como Eric Hobsbawn com “A invenção das Tradições”, pois estas obras mostram como se formam e se legitimam as nacionalidades nas coletividades e, por consequência, os nacionalismos.

Nacionalismo que se tornou o elemento de coesão social em substituição à Igreja, à família real, enfim, às tradições coesivas ou autorrepresentações coletivas, como se fez com o esporte, absorvido da elite pela classe trabalhadora. O nacionalismo se tornou uma nova religião secular da qual se utilizou uma classe média operária em franca expansão e tão carente de elementos coesivos, coincidindo com a invenção ou manipulação de tradições políticas, bem como sociais.

Nessa esteira surge o Sionismo que buscava conglobar os judeus na diáspora, minorias nos países que residiam, para formar um Estado judaico, dado que os nacionalismos previam a homogeneização da população do Estado e excluía minorias que não desejavam essa.

Contudo, chegando à Palestina, encontraram-na ocupada por uma população árabe que se identificava com o território, e que possuía especificidades em relação aos outros povos árabes. Estas não foram percebidas pelos judeus, e na tentativa de deslocá-la para outros territórios, surgiram os primeiros conflitos entre as duas comunidades.

AS PRIMEIRAS ALIÁS JUDAICAS NA PALESTINA E A IDEIA DE ISRAEL

Estudar as origens do conflito é imprescindível para se analisar e buscar uma solução para o atual impasse que domina o processo de paz na Palestina. Essas origens remontam às primeiras levas de judeus para a Palestina, ainda em meio ao movimento sionista, que viria a se fortalecer e a ser uma alternativa viável após os crimes de guerra da Alemanha Nazista na década de 40 do século XX.

Em meio a todos os “ismos” da Europa surge o nacionalismo judeu. Nacionalismo que não possuía um território, e sim a busca por ele, tendo o encontrado no Oriente Médio. Para Kimmerling, este fato provocou em consequência a afirmação de um nacionalismo árabe palestino, que estava em formação e se ligava ao mesmo território, em oposição ao sionismo judeu. Já para Khalid, o nacionalismo tem raízes ulteriores à chegada dos sionistas.

Jabotynzky, Katznelson, Ben Gurion e tantos outros previam a formação do Estado de Israel, não como um direito natural ao território, mas sim, como o único território capaz de unir o povo judeu novamente em uma nação judia, levando em consideração que existiriam árabes convivendo. Contudo, não deveriam ser maioria e, na medida do possível, afastados da população judia, e com direitos civis e políticos restritos.

Jabotynsky, fundador do Sionismo revisionista, que buscava um fortalecimento deste em detrimento de flexibilizações políticas, faleceu no Reino Unido em busca do apoio político ao Estado judeu, antes da descoberta da Shoá. Era a principal oposição a Ben Gurion, cuja liderança foi proeminente durante a Segunda Grande Guerra e após a descoberta da Shoá.

Essa oposição entre ambos era calcada na forma de como conquistar a Palestina, para o primeiro deveria ser feita de forma total, e nenhuma forma de partilha seria aceita, para o segundo poderia se dar de forma gradual, por isso, inicialmente, a partilha poderia ser aceita. Katznelson, como seguidor das ideias de Gordon,

apoiava um socialismo trabalhista que fortalecesse um Estado judeu capitalista igualitário, que previa o convívio com os árabes, desde que eles não se opusessem à formação do Estado judeu na Palestina.

Com base na nova nação majoritariamente judia se iniciou na década de 1910, o processo de colonização do território palestino com kibutz e fábricas privadas, nos quais a mão de obra era unicamente judia, e pública. Locais onde havia mão de obra mista, árabe e judia, houve a expulsão da parcela árabe, vista como menos produtiva que a judia. Nessa época se registram os primeiros palestinos árabes que migraram para os atuais territórios palestinos, além de Líbano, Síria, Jordânia e Egito, majoritariamente, em busca de melhores condições de vida.

Por infortúnio, os empreendimentos com mão de obra unicamente judaica foram os que vingaram, solidificando o pensamento de que o judeu é superior ao árabe e, por esse motivo, não deveria haver mistura, nem aproximação. Gordon preconizou essa separação na década de 1910, advertindo que somente os assentamentos puramente judeus poderiam vingar no futuro Estado judeu.

O nacional socialismo foi questionado por Katznelson pela forma como estava sendo posto, pois para este teórico, o nacional socialismo judeu deveria se afastar completamente do nazismo e do fascismo que se alastrava pela Europa. Como também deveria se afastar do mal que aparentava ser o comunismo para o futuro Estado judeu, se firmando no capitalismo com intervenção estatal para levar um bem estar a toda população, na busca de formar uma forte classe média nas universidades de Haifa, Tel Aviv e Jerusalém.

A palestina no Império Otomano variou de tamanho, sendo parte da província da Síria, depois foi relacionada como uma das áreas diretamente ligadas à Istambul, tendo os contornos do que hoje é Israel e territórios palestinos ocupados, e por fim, no século XX, foi delimitada pelo que chamam de Palestina histórica compreendendo o que hoje corresponde aos territórios palestinos ocupados, Israel, Líbano, Síria e Jordânia.

Antes do fim da Primeira Guerra Mundial, apesar dos acordos firmados entre França e Reino Unido, Sykes-Picot, e entre o governo britânico com o Xerife de Meca para firmar uma dinastia hashemita em cada uma das três nações que deveriam emergir da independência dos países com o fim da dominação Otomana, Iraque, Síria e Hijaz. Rashid Khalid afirma que surgiram dissidências quanto a esse projeto, que levaram a Amir Faysal declarar a independência da Síria, mas não durou muito seu reinado, pois a França o derrubou dominando Damasco.

Com o descarte dos hashemitas e a colocação em prática do Acordo Sykes-Picot, França ficou com Líbano, Síria e uma parte da Anatólia, Reino Unido ficou com Jordânia, Palestina e Iraque, sendo assim, a ideia de uma Grande Síria estava desmantelada. O que levou entre 1917 a 1921, a uma autoafirmação do povo palestino como unidade inserida no povo árabe, surgindo ao lado do sionismo, que após a Declaração de Balfour conquistavam cada vez mais direitos, como o direito de falar hebraico.

Percebendo o avanço do sionismo na Palestina com esses eventos, os árabes que começaram a dar corpo ao pré-nacionalismo palestino surgido no fim do século XIX, enviaram uma comissão à Londres em 1921, não mais árabe ou síria, mas sim, se afirmando palestina. A data de ida da comissão coincide com a data do acordo de Sykes-Picot, reflexo direto da política ambígua inglesa em relação a árabes e judeus, deram garantia de formação de um Estado palestino árabe, assim como foi dado aos judeus anteriormente.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial e a divisão do território em mandatos, a área da Palestina histórica foi dividida entre áreas de influência da França e da Inglaterra, surgindo desse momento as fronteiras hoje existentes, a Palestina, hoje Israel e territórios palestinos ocupados, ficaram sob mandato britânico. O acordo de San Remo de 1920 tornou legal o Lar Nacional Judaico, já em seu preâmbulo, e foi ratificado por 51 países membros da Liga das Nações.

A formação de um Estado Nacional para os judeus foi uma reivindicação no século XIX quando o movimento sionista ganhou maiores proporções a partir de pensadores, como Herzl, que interpretavam o nacionalismo judaico como uma causa política ou social. O sionismo representa um movimento nacionalista judaico que visa à criação de um Estado para os judeus da diáspora, expulsos em massa dos seus territórios pelo Império Romano no século I a.C.

O termo se origina da associação das palavras Sion (um dos nomes bíblicos de Jerusalém), com a noção de Nação e Estado. Deve-se levar em conta que este processo não apenas levou a criação de uma nacionalidade judaica, por isso necessitava de um território, como também proporcionou o raciocínio negativo sobre a Palestina, promovendo um debate conceitual.

A criação de um Estado nacional israelense está diretamente ligada ao debate conceitual que levou a própria criação do termo Palestina. O termo, criação do movimento sionista, tornou-se um conceito em construção, e deveria significar uma nação livre, soberana e independente, integrada por judeus, cristãos e muçulmanos, compartilhando o território em paz. A noção de um Estado nacional para os judeus nem sempre esteve relacionada exclusivamente à Palestina, o que se configuraria exclusivamente nesta região com o fim do século XIX.

A identidade judaica era unicamente religiosa, e com base nessa religiosidade, após as restrições territoriais ao *Pale* judaico mantidas até o fim do Império Russo, somadas aos massacres de judeus (*pogroms*) ocorridos em Kishnev e Rostov, houve o êxodo judaico para os EUA e para a Palestina no fim do século XIX.

A ideia de um Estado nacional judeu era nova, e aparecia no contexto do nacionalismo europeu, tomando estes como paradigma. A emancipação, processo no qual cidadãos estrangeiros de cultura e história diferentes eram absorvidos na Europa Ocidental, restou inviável após o Caso Dreyfuss, o que levou Herzl a teorizar acerca do sionismo, uma nação judaica. O evento posterior, que veio a solidificar o apoio da

comunidade internacional à criação do Estado judaico, foi a Shoá ou o Holocausto, descoberta ao fim da Segunda Guerra Mundial.

Diante do impacto desta e graças aos conflitos crescentes na Palestina, uma vez que os sionistas, após a política inglesa de contenção da imigração judaica, o livro branco, agora também passavam a atentar contra a estrutura do poder colonial. O atentado terrorista do Irgun contra o hotel Rei David em 1946 em Jerusalém, sede da administração civil e militar britânica, que matou 90 pessoas, inclusive judeus, é um dos exemplos que levou à Inglaterra propor à ONU a partilha da Palestina entre um Estado árabe e outro judeu, efetivada em novembro de 1947.

Pela forma como foi instituído no Oriente Médio, Israel ainda é visto como um Estado colonialista pelos árabes, pois contou inicialmente com o apoio do Reino Unido para sua formação, a partir da Declaração de Balfour. Declaração do Reino Unido em 1917 ao Lord Balfour que “via com bons olhos” a criação de um “lar nacional judaico” na Palestina histórica. Embora, o documento inglês não previsse a constituição de um Estado, houve migrações massivas de judeus *ashkenazim* da Europa central e oriental para o território da Palestina, região de maioria populacional árabe e islâmica.

Este apoio foi retirado no decorrer da 2ª Guerra Mundial, pois os Aliados temiam a entrada do mundo árabe na zona de influência do Eixo. Porém, com os horrores da Shoá que se abateram sobre os judeus no decorrer da guerra, se fez necessária a criação de um Estado nacional para os judeus. Assim, em 1947 por meio da Resolução 181 da ONU foi partilhada a Palestina, ainda sob o mandato britânico, com o apoio das duas grandes superpotências do pós-guerra, URSS e EUA.

De acordo com a partilha da Palestina, proposta e aprovada pela ONU, ao Estado judeu competiria ficar com 56% do território, enquanto, que ao Estado árabe competiria controlar os restantes 43%. Quanto ao 1% remanescente, correspondente à Jerusalém e seu entorno, seria colocado sob um mandato internacional administrado pela ONU. Essa divisão respeitava

muito pouco dois fatores essenciais – a ocupação das terras e a maioria populacional – pois a maioria do território seria controlada por uma minoria judaica corresponde a 30% da população palestina à época.

OS FUNDADORES DO ESTADO NACIONAL JUDAICO

Gordon foi um dos pensadores de como deveria ser implementado o Estado de Israel moderno; Ben-Gurion, Katznelson, Tabenkin e Ben-Zvi foram os políticos que aplicaram as ideias e criaram o Estado de Israel atual. David Ben Gurion foi o líder do movimento do sionista socialista e um dos fundadores do Partido Trabalhista (*Miflêguet Haavodá*), esteve no poder em Israel ao longo das primeiras três décadas da existência do Estado. Quando da proclamação de independência, foi o primeiro chefe de governo de Israel.

“Todas as revoluções realizadas e a realizar-se em outros países são revoluções contra um regime político, social ou econômico. A revolução judaica não é apenas contra um regime, mas também contra um destino, o destino particular de um povo único no seu gênero. [O povo judeu é um povo pequeno, numa terra pequena, mas que está localizado] entre dois países grandes e ricos [...], Mitzraim – Egito – e Assíria ou Babilônia. Irrigados por rios potentes: o Egito pelo Nilo e a Assíria – Babilônia – pelo Eufrates e o Tigre.” (Inserções nossas²)

O Sionismo quando criado por Theodor Herzl, não previa a mudança para a Palestina, pelo contrário foi cogitada em 1903, a doação por parte do Império Britânico do território que atualmente é Uganda na África para os judeus habitarem, pois para Herzl, a Palestina já estava ocupada, o que provocaria conflitos com a população nativa, além de não prever o uso do hebraico, pois se encontrava em desuso, pouquíssimas pessoas falavam, nem do iídiche, considerada língua de prisioneiros, e sim o uso corrente das diversas línguas europeias pelos judeus no novo território,

com preferência ao alemão.

Herzl era correspondente do jornal vienense *Neue Freie Presse* em Paris quando do Caso Dreyfus. As manifestações antissemitas e os gritos de “Morte aos judeus!” foram decisivos para a guinada de Herzl de assimilado para sionista, passando a defender a criação de um Estado nacional judeu, o que até então não era seu objetivo, pois se via afastado do judaísmo. Em 1896 publica sua principal obra, *Der Judenstaat* (“O Estado Judeu”), em que reconhece que o antissemitismo não podia ser resolvido através do assimilacionismo, mas apenas através do fim da “anomalia nacional” judaica: sendo um único povo, a criação de um Estado nacional judeu com o consentimento das grandes potências da época seria benéfica para todos. A Questão Judaica, para Herzl, era uma questão política internacional.

Contudo, conforme o sionismo ganhou força dentre os judeus, a proposta de Uganda foi rechaçada, assim como Herzl foi esquecido após sua morte em 1904, e se iniciou a 1ª Aliyah para a Palestina com a compra de terras pantanosas e desérticas próximas ao litoral, pagando-se em torno de duas a três vezes o valor corrente, pois os árabes não venderiam as melhores terras. Gordon, assim, começou a pregar que a terra só seria conquistada por meio do trabalho comunitário e individual, cada um trabalhando para o bem da coletividade na nova nação judia.

Encerra-se assim, a fase do sionismo político e se inicia a fase do sionismo prático com a Organização Sionista Mundial administrando e gerindo as comunidades judaicas na Palestina em um “Estado em Construção” até 1930, quando a ameaça nazista começa a rondar a Europa (Gherman, 2017, p.77-78). O *Hovevei Sion* movimento dos judeus da Europa Oriental, a favor do nacionalismo judaico com educação na língua nacional hebraica, bem como mentor da criação de um Fundo Nacional Judaico (KKL em hebraico – *Keren Kayemet Leisrael*) vence o embate no I Congresso Sionista (Gherman, 2017, p.77-78).

A negação inicial dos judeus ricos europeus se reverte, e com a imigração judaica aos EUA, os

² BEN GURION, DAVID. “Os mandamentos da revolução judaica”; in: “O despertar de um Estado”. Ed. Monte Scopus. Rio de Janeiro, 1957.

judeus americanos, possuidores de maior capacidade econômica, suprema a queda do poder aquisitivo dos residentes na Europa do pós-guerra, e aumentam sua influência e seu apoio à empresa sionista na Palestina. E como contraprestação, Brandeis, influente advogado judeu americano, e a OSA (Organização Sionista Americana) apõem críticas ao modelo gerencial pouco produtivo da Comissão Sionista, muito politizada e sem um planejamento em seus projetos, necessitando de reformas administrativas. Foram atendidos, pois colocaram as reformas como precípuas à entrega de novas contribuições à OSM (Organização Sionista Mundial).

Vieram a 2ª e a 3ª Aliyah entre a 1ª Guerra Mundial e a 2ª Guerra Mundial, aumentando consideravelmente a concentração de judeus, equiparando-se aos árabes habitantes nativos. Com o equilíbrio demográfico intensificaram os conflitos entre árabes e judeus, pois os primeiros se sentiram usurpados da terra até então pertencente somente a eles. Ressalva-se que nessa luta muitas vezes os judeus *mizharis*, habitantes nativos da Palestina que não partiram nas diásporas e os judeus *sefaradis*, emigrantes da península ibérica quando da Reconquista espanhola, ficaram ao lado dos árabes, pois os judeus europeus que ali chegavam tinham muitos preconceitos quanto a eles, nomeando-os de judeus árabes.

O socialismo não era bem quisto por Gordon, pois havia o caráter internacionalista que conflitava com a ideia nacionalista pregada por ele, sendo assim não poderia cimentar a ideia de uma nação judia. Além de que o socialismo judeu, nesse momento era o socialismo bundista, pregado por Borochof, no qual palestinos e judeus fariam uma revolução comunista em conjunto no território da Palestina.

Borochof argumentava que era possível solucionar o problema nacional sem solucionar o problema social, ou seja, defende um nacionalismo que cria condições objetivas para a solução do problema principal, que é a luta de

classes. Borochof criticava ainda o Sionismo político de Herzl e Pinsker, pois considerava que o movimento nunca teria força enquanto não englobasse o proletariado judeu. O operariado judeu não trabalhava em setores primários da produção (era restrito ao artesanato e a pequenas indústrias), era preciso antes acabar com a sua extraterritorialidade para depois sanar a questão social. “O conflito nacional está intimamente aliado ao social”³.

Como também, o nacionalismo individualista sem o coletivismo não construiria uma nação judia forte, tanto quanto o aspecto religioso pregado por Kuk onde a terra santa judaica não se refletia na fundação de um Estado nacional judeu, não era bem visto, pois não agregava o valor de nacional israelense.

Sendo assim, foi criado um híbrido de todos os conceitos para a formação do Estado de Israel, o nacionalismo era de caráter coletivo com a formação das primeiras colônias no litoral, e logo em seguida, uma próxima à Jerusalém e outra na Galileia. Os chamados kibutzins serviam para a manutenção dos mercados nas cidades judias e para o sustento alimentar e financeiro das próprias comunidades, cada um fazendo a sua parte na formação de um Estado nacional judeu forte. Por outro lado, com Haam se transformou a religião em capital cultural de onde emana a consciência ideológico-religiosa que cimenta a ideia do que é ser judeu, fundada na Tanach, os livros da lei judaica previstos na Torá.

Gordon ainda previa a convivência entre os judeus e os árabes, o que seria hoje uma convivência pacífica dentro do atual território com as ocupações, entre os israelenses e palestinos, mas obviamente, os árabes não possuíam direitos civis eleitorais, tão somente possuíam direitos de um cidadão de 2ª classe dentro do Estado de Israel, tal qual é aplicado hoje aos palestinos que habitam dentro do território israelense, não a Cisjordânia, como já escrevia Jabotinsky, com seu sionismo revisionista.

Mas, as correntes minoritárias sufocadas

³ BOROCHOV, DOV BER. *Poalei Tzion: Our Platform*. Disponível em: <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsourc/Zionism/Borochof_Poalei_Tziyon_CharteC.html>.

no decorrer da construção do Estado nacional ganharam voz e forma, os ortodoxos e os socialistas conquistaram espaço no Kineset. Foi necessário costurar alianças, e Weissman no sionismo sintético ressuscitou como pai do sionismo, Herzl, a figura agregadora esquecida e rejeitada do início do século XX.

Os ortodoxos ganharam força e fundaram inúmeras colônias em Gaza e na Cisjordânia, densamente povoadas por árabes refugiados das guerras de independência e da guerra de 1967. Gaza foi desocupada unilateralmente por Israel nos anos 2000, já Cisjordânia segue objeto de inúmeros mapas que buscam, por vezes conciliar, e por outras procrastinar ainda mais, o processo de paz que se estende há décadas.

No fim de todas as discussões se conclui que não há um sionismo claramente definido, o que há são vários, um político, um religioso, um socialista, um cultural, e o que há de pior é não existir uma agenda política clara para o israelense que habita Israel e haver outra agenda, desta vez clara, colonizadora, para o israelense que habita a Cisjordânia.

O IMPACTO NA SOCIEDADE PALESTINA COM O RETORNO DOS JUDEUS

Os palestinos foram se constituindo na Palestina desde a diáspora judaica provocada pelo Império Romano, perpassando o Império Babilônico, Reinos Cruzados, Império Islâmico, e por fim, Impérios Mameluco e Otomano. Portanto, legítimos possuidores das terras na região.

Havia reduzida população judia na região, uma das minorias mais representativas do Império Otomano. No fim do século XIX e começo do XX, houve o surgimento do movimento religioso judaico na Europa de emigração para Eretz Israel. Por consequência, a chegada de migrantes advindos dos países orientais formou o Yishuv, conjunto de colônias judaicas na Palestina.

As décadas de 1910 e de 1920 são essenciais para compreender o conflito, por ter sido nesse período que começou a se delinear o

nacionalismo palestino, o único dentre todos os povos árabes que ainda não conseguiram sua emancipação política. Nacionalismo que surgiu no fim do século XIX, e ganhou força e os atuais contornos em oposição ao nacionalismo socialista do movimento sionista judeu.

Na década de 1910 começaram a se avolumar as comunidades judaicas na Palestina, como resultado de *pogroms* (massacres) de judeus no Império Russo, particularmente Kishnev e Rostov. Esses *pogroms* consistiam no massacre e perseguição generalizada aos judeus residentes, suas propriedades e sinagogas, com a morte e a depredação. Foram comuns aos judeus por toda a Europa antes da 1ª Grande Guerra e no entre-guerras.

O resultado desse aumento populacional foram os primeiros conflitos entre judeus e árabes na Palestina, que levaram os primeiros a se armar e a criar forças de defesa (Haganá) e ataque (Irgun e Stern). Por outro lado, os árabes em maior número levaram um tempo para se organizar, e mais ainda, para perceber que não havia qualquer tipo de organização para defendê-los por parte dos sírios e jordanianos, à época província da Palestina Otomana.

Em meados da década de 1910, e início da década de 20, o Império Otomano ruiu e teve início o Mandato Britânico na área do que hoje é Jordânia e Palestina, fato que gerou consequências no mundo árabe, como a divisão das áreas sem respeito à cultura local, e entrega de direitos aos judeus, como o direito de utilizar o hebraico, levando assim, ao início da construção de um Estado judeu sionista.

A possível criação de um Estado judeu sem a participação dos árabes palestinos levou a um temor no mundo árabe, quando foi enviada, em 1921, uma comissão palestina à Londres, a fim de discutir a solidificação de um Estado na Palestina.

O conflito se originou do choque cultural existente entre o judeu europeu e o árabe islâmico, duas formas completamente distintas de ver o mundo, enquanto o judeu que emigrava era laico, urbano e fugia de perseguições raciais, o árabe que vivia na Palestina era religioso,

agricultor e havia ocupado os territórios que os judeus abandonaram na diáspora.

Para o judeu, a Palestina era o espaço físico que nunca deixou de ser deles e o árabe que ali passou a viver seria tolerado, como minoria, ou seja, alguma parcela seria realocada em outros territórios adjacentes, e desde que aceitasse e não o impedisse de reconstruir o Estado judeu. Já para o palestino, a Palestina era a sua casa, pois ele já estava ali há pelo menos 2000 anos, e o judeu era o colono europeu, mais uma faceta do imperialismo que já estava dominando todo o Oriente Médio.

Enquanto se firmava o sionismo no lado judeu na Europa, nascia em meio ao Império Otomano, o nacionalismo palestino, inicialmente mais árabe, muçulmano e ligado à sua cidade, à sua vila, ao seu clã. Com a chegada dos sionistas e o fim do Império Otomano, consolidou-se o sentimento de pertença à uma única nação, uma dentre tantas que surgiam e se emancipavam no Oriente Médio, inclusive Israel. Contudo, esse nacionalismo palestino nunca experimentou uma independência de fato, sempre agindo sob os olhos dos sionistas, os donos de fato do território, por eles ocupado.

O mais próximo de independência palestina houve quando estavam sob a soberania jordaniana em meio ao pan-arabismo da década de 1950 e 1960, porém após a guerra de 67, e a consequente ocupação do território palestino, foi colocada em prática pelos israelenses a doutrina de inexistência do povo palestino, tantas vezes propaladas em comunicados de primeiros-ministros.

Entretanto, mesmo subjugados em sua terra pátria, muitos conseguiram sobreviver por gerações do sustento dentro do próprio território e outros da ajuda internacional que provém dos palestinos emancipados no outro lado da fronteira, na Jordânia, país com o qual muitos já se identificam e não se veem mais como estrangeiros.

A PARTILHA E A NAKBA

Foram feitas comissões britânicas nas

décadas de 1920 e 1930, Peel e Woodhead, mapas foram formulados, como resultados de ambas. Cartografia foi proposta por judeus, que refletia a visão de Weissman, um sionista gradualista, aceitava um pequeno naco para depois, em momento oportuno, conquistar toda a Palestina. Quanto aos palestinos, havia rechaço à ideia de partilha, para o Mufti Husseini de Jerusalém a palestina era árabe, já para sua oposição na Galileia e no Neguev, como Sayf al-Din e Sheikh 'Oda⁴, os judeus teriam direito a conviver com os árabes na Palestina.

Em algumas representações cartográficas judaicas havia descontinuidade territorial palestina, em outras, judaica, mas todas respeitavam as maiorias existentes, evitando possíveis conflitos. Todas entregavam território proporcional à população, ou seja, árabes com a maior parte. Contudo, após a Shoá, chamada por muitos de Holocausto, perpetrada pelos Nazistas na Europa Central, na qual pereceu seis milhões de judeus em campos de concentração, houve a necessidade de mais territórios para esses sobreviventes que vinham em busca de abrigo.

A ONU, Organização das Nações Unidas, criada em 1945 para substituir a malfadada Liga das Nações, como um dos reflexos da Segunda Guerra Mundial, se deparou com o conflito entre árabes e judeus na Palestina. A principal das funções desse organismo é manter a paz e a estabilidade internacionais, sendo assim, o Reino Unido entregou a incumbência de solucionar o que ela reputou insolúvel. Assim, a Organização das Nações Unidas editou a Resolução 181 contendo um mapa de partilha da Palestina que não respeitou qualquer representação feita anteriormente, e que levou ao conflito regional em 1948, conhecido como Primeira Guerra árabe-israelense ou Guerra de Independência, para os israelenses.

A Nakba, o desastre, foi a consequência imediata do conflito, pois removeu inúmeros árabes de suas casas, de suas vilas, de suas terras, fugindo do conflito e do terror, ou por vezes uma saída nutrida por seus governantes, chefes de clãs,

⁴ COHEN, HILLEL. *Good Arabs*. Ed. University of California. Los Angeles/London, 2010.

afirmando que após vencerem a guerra poderiam voltar. Contudo, não foi o que ocorreu para a maioria, que hoje reside no exílio forçado, ressalva se faz à uma minoria cristã, que amparada pelo arcebispo católico grego Hakim, conseguiram o retorno à Galileia.

Haawari, dentre outros palestinos, antes parte de milícias contra os judeus, também foi reinserido na sociedade israelense, assim como outras lideranças, para apoiar o Estado de Israel no combate aos comunistas, mesmo diante de forte oposição palestina e israelense. Os comunistas eram combatidos, porque apesar de uma pequena força numérica, era expressiva politicamente, e agregavam palestinos e israelenses contra a partilha, afirmando a união de ambos proletários em um só país.

Os britânicos foram expulsos do território palestino em 1947, sob fortes ataques táticos terroristas dos judeus, empreendidos pelo Irgun e pelo Stern, que após a criação do Estado de Israel, foram em boa parte absorvidos pela Haganah, e levou ao surgimento das Forças de Defesa de Israel.

Israel declarou independência em 1948 e logo em seguida entrou em guerra, empreendida pelos países árabes ao seu redor, que não aceitavam a divisão injusta do território, onde a maior parte do mesmo ficaria com a menor população, ou seja, a israelense, buscando expulsar essa população do mundo até então árabe.

Devido à guerra de independência consequente à partilha de 47, alguns árabes se juntaram aos judeus ou foram cooptados desde o início do conflito, lutando lado a lado com os judeus. Outros árabes lutaram junto das forças árabes, principalmente, junto dos jordanianos, mas com o fim do conflito, e a vitória do proclamado Estado de Israel, passaram a colaborar com as forças de segurança desse.

No entanto, com o passar do tempo, a política sionista de limpeza territorial para assentamento de judeus, somada à desatenção do

Ministério das Minorias junto aos árabes, deixando-os desempregados e famintos, levou alguns apoiadores iniciais a se tornarem oposição, inclusive migrando para movimentos nacionalistas palestinos⁵.

Árabes que já possuíam cidadania israelense e habitavam a região do Triângulo e da Galileia fizeram essa mudança de posicionamento. Houve ainda, os que colaboraram como a Shia, serviço de inteligência interna de Israel, mas nada receberam em troca, alguns, mesmo colaborando, foram expulsos de suas vilas⁶.

Essa guerra de independência deu início ao grande problema dos refugiados, a Nakba, tratada por Benny Morris em seu livro, revisado recentemente, este é um dos maiores entraves ao atual processo de paz. Obstáculo, pois a população que fugiu para Cisjordânia, Gaza, Líbano, Síria, Jordânia, Egito, dentre outros países, não foi, em sua maioria, expulsa, logo, Israel não a concede o direito de retorno.

Nakba é a grande catástrofe, denominação dada pelos palestinos à partilha da Palestina com a consequente criação de Israel. Inclui-se nesse conceito o deslocamento de milhares de palestinos de suas terras originárias, sem o direito de retorno. Hoje, como afirmado por Morris, é um problema de difícil solução, pois hoje a população palestina na diáspora é superior à que habita os territórios palestinos, e deixá-los retornar seria inviabilizar o caráter judaico do Estado de Israel.

Contudo, se tratou de uma guerra que além de combates entre exércitos regulares dos países árabes com o exército israelense, contou com atos de terror israelense sobre vilas palestinas que ficavam, principalmente, no caminho da ligação entre Jerusalém e Tel-Aviv, como Qula, capturada pelos israelenses, com a população morta e estuprada⁷. Estes atos serviram como propaganda que contribuiu para a fuga de outros habitantes palestinos temerosos por suas vidas.

A ideia de autodefesa já estava impregnada nos judeus desde quando da 1ª Allyah, pois sempre sofreram com o ataque de locais

⁵ KHALID, RACHID. *Palestinian Identity: The Construction of Modern National Consciousness*. Ed. Columbia University. New York, 2010.

⁶ COHEN, HILLEL. *Good Arabs*. Ed. University of California. Los Angeles/London, 2010.

⁷ ABU-LUGHOD, LILA; SADI, AHMAD H. *Nakba: Palestine, 1948, and the Claims of Memory*. Columbia University Press. New York, 2007.

palestinos, e para tanto foi criada a Haganah, treinada pelo Reino Unido. Essa força foi usada após a aprovação da Res. 181, para tomar de assalto Jaffa, cidade árabe, bem como Deir Yassin, e obrigar a 380.000 palestinos deixarem suas casas, como o começo de uma série de massacres⁸.

As milícias palestinas se aproximavam de uma estrutura tribal pelo fato de terem sido cerceadas de treinamento pelo mandato britânico. Assim, os palestinos, quando houve o estouro do conflito regional, ficaram na dependência dos exércitos vizinhos, que perderam a guerra, e colocaram 78% da Palestina na posse de Israel, ou seja, além do partilhado, metade do território árabe, a qual foi partilhada entre Jordânia e Egito. Todos os palestinos reclamam o direito de retorno ao território no qual viviam, porém se este for concedido, dissolve-se a majoritariedade judaica em território israelense⁹.

CONCLUSÃO

Sem estudar os fundamentos, as memórias, que levaram ambos os povos a se legitimarem como senhores daquele espaço geográfico, não há entendimento, nem solução para o atual conflito. Contudo, como afirma Eric Hobsbawn em “a invenção das tradições”:

“O nacionalismo e as nações israelita e palestina devem ser novos, seja qual for a continuidade histórica dos judeus ou dos muçulmanos do Oriente Médio, uma vez que naquela região há um século atrás não se cogitava nem no conceito de Estado territorial do tipo padronizado atual, que só veio a tornar-se uma probabilidade séria após a I Guerra”.

As novas ou as velhas tradições em algum momento da idade moderna ou contemporânea foram inventadas ou reinventadas, seja esta ligada ao direito a um território, a confecção de um hino nacional, com bandeiras e armas nacionais ou cantigas folclóricas, foram criados símbolos para a reprodução de uma minoria na elite, e uma

maioria, subordinada, se reconhecendo como parte de uma dada comunidade.

Benedict Anderson afirma que o mundo até o século XVIII possuía três áreas homogêneas culturalmente e linguisticamente por assim dizer, a população ocidental europeia, com o latim por base linguística em decorrência da religião católica, sendo este escrito e falado pela elite. Contudo, existiam as conhecidas línguas vernáculas em ebulição, como o francês, o inglês-médio e os dialetos do alemão que já eram de uso corrente pelo povo, mas que só foram sistematizadas com a revolução da imprensa e valorizadas com o avanço do capitalismo por toda a Europa.

A civilização hoje conhecida por China, mas chamada de Império do Meio pelos chineses, monopolizando o mandarim, com inúmeros dialetos, mas esse é a língua da burocracia estatal e da elite imperial, um império dinástico. Como também rege a parte do mundo que é budista/confucionista, os ditos orientais.

Não se pode esquecer o mundo árabe em sua maioria islâmico e à época, Otomano, dirigido a partir do Califado de Istambul. A civilização árabe que legou para a humanidade a bússola, poderoso instrumento de navegação, que possibilitou aos europeus a difusão da ideia de nação, dividida com o Europeu e a China, o mundo.

Das três grandes áreas de influência, a única que ainda se mantém praticamente intacta é a China, hoje comunista de mercado, pois os nacionalismos esfacelaram o Império Otomano em inúmeras Repúblicas pelo Leste europeu, Oriente Médio e Norte da África.

E a área de influência da Igreja Católica, de vez por todas, se separou formando inúmeros países em substituição aos grandes impérios europeus multiculturais, mudanças que se solidificaram no século XX, encerrando de uma vez por todas a ideia de sistemas culturais fundados em comunidades religiosas e reinos dinásticos.

Por fim, as monarquias do século XXI são representações, símbolos de uma nação em sua

⁸ Disponível em: <<http://passia.org/maps/view/15>>.

⁹ HOBBSAWN, ERIC; RANGER, TERENCE (ORG.). A invenção das Tradições. 4ª ed. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1997.

maioria, não possuindo qualquer poder de governança ou inspiração divina. Bem como os idiomas sagrados como o Latim, o Grego, o Árabe e o Hebraico não possuem mais as formas do século XIX.

O Latim desapareceu do cotidiano e dos documentos, o Grego se modernizou, o Árabe escrito ainda é o lido no livro sagrado, porém o falado é, demasiadamente, diferente, e o Hebraico, após as inúmeras migrações dos judeus e mutações que sofreu de acordo com a área em que a diáspora foi absorvida, sofreu uma grande revolução e, com base na junção do livro sagrado com a gramática russa foi criado o Hebraico Moderno, um dos três pilares de formação do Estado judeu.

Este artigo se propôs a demonstrar, como o surgimento do nacionalismo sionista na Europa, que menosprezou a população protonacionalista palestina, não dialogou com esta e culminou no conflito. Explanou, ainda, como se deu as primeiras migrações judias e a formação das duas nações no decorrer da primeira metade do século XX, que culminou na guerra de independência em 1948.

REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, LILA; SADI, AHMAD H. **Nakba: Palestine, 1948, and the Claims of Memory.** Columbia University Press. New York, 2007.
- Acordo Sykes-Picot. DODD & SALES, **Israel and the Arab World** (Londres, 1970), p. 59-62.
- ANDERSON, BENEDICT. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** Trad. Denise Bottman. Ed. Companhia das Letras. São Paulo, 2008.
- BEN GURION, DAVID. “Os mandamentos da revolução judaica”; in: **“O despertar de um Estado”**. Ed. Monte Scopus. Rio de Janeiro, 1957.
- BOROCHOV, DOV BER. **Poalei Zion: Our Platform.** Disponível em: <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Zionism/Borochov_Poalei_Tziyon_CharteC.html>.
- COHEN, HILLEL. **Good Arabs.** Ed. University of California. Los Angeles/London, 2010.
- Correspondência Hussein-McMahon. In: DODD & SALES, **Israel and the Arab World** (Londres, 1970), p. 55-9.
- Declaração Balfour. **BRITISH GOVERNMENT. Foreign Office. Letter to Lord Rotschild,** November 2nd, 1917. (UNISPAL).
- Declaração da Liga Árabe de 15 de maio de 1948. In: DODD & SALES, **Israel and the Arab World**, p. 85-7.
- Declaração de Independência do Estado de Israel. In: DODD & SALES, **Israel and the Arab World**, p. 82-4.
- DEMANT, PETER. **Identidades israelenses e palestinas.** In: DUPAT, GILBERT; VIGEVANI, TULLO. **Construção da paz.** Ed. UNESP. São Paulo, 2002.
- GATTAZ, ANDRÉ CASTANHEIRA. **A Guerra da Palestina: da criação de Israel à Nova Intifada.** 2ª ed. Ed. Usina do Livro. São Paulo, 2003.
- GHERMAN, MICHEL. **Sionismo Periférico: Ambiguidades da história inicial do Sionismo no Brasil (1900-1920).** Ed. Unifesp. São Paulo, 2017.
- GHERMAN, MICHEL; GRIN, MÔNICA. **Identidades ambivalentes: desafios aos estudos judaicos no Brasil.** 1ª ed. Ed. 7 letras. Rio de Janeiro, 2016.
- GILBERT, MARTIN. **The Routledge Atlas of the Arab-Israeli Conflict.** 10ª Ed. Ed. Routledge. Oxford/New York, 2012.
- HOBBSAWN, ERIC; RANGER, TERENCE (ORG.). **A invenção das Tradições.** 4ª ed. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1997.
- HOBBSAWM, ERIC. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade.** Ed. Nova

Fronteira. Rio de Janeiro, 2011.

KIMMERLING, BARUCH. **The invention and decline of israeliness**. Ed. University of California. Los Angeles/London, 2001.

KIMMERLING, BARUCH & MIGDAL, JOEL S. **The Palestinian people: a history**. Harvard University Press. Cambridge/London, 2003.

KHALID, RACHID. **Palestinian Identity: The Construction of Modern National Consciousness**. Ed. Columbia University. New York, 2010.

LAQUEUR, Walter. **A History of Zionism: From the French Revolution to the Establishment of the State of Israel**. Ed. Shoken Books. New York, 2003.

Memorando MacDonald. *BRITISH GOVERNMENT. Statement of Policy, Cmd. 6019 (1939)*. Apud: **UNITED NATIONS. The origins and Evolution of the Palestine Problem 1917-1988**, Parte I, Cap. VIII.

MORRIS, BENNY. **The birth of the palestinian refugee problem**. Rev. ed. Ed. Cambridge University. New York, 2004.

MOTTA, PEDRO VILLAR. **O Nacionalismo Judaico: os projetos de Ahad Ha'am, Theodor Herzl e Dov Ber Borocho**. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Pedro_MotaO_Nacionalismo_Judaico.pdf>.

ONU. **Resolução 181**. AGNU, 1947.

Passia. Disponível em: <http://www.passia.org/>.

PINSKY, J. **Origens do Nacionalismo Judaico**. 2. Ed. Ed. Ática . São Paulo, 1997. p. 180

Programa do I Congresso Sionista. In: LAQUEUR, **Historia del sionismo**, p. 88-9.

Resolução 181 da Assembleia Geral da ONU. **UNITED NATIONS. General Assembly Resolution 181. Future government of Palestine**. 29 nov. 1947.

SCALERCIO, MÁRCIO. **Oriente Médio: uma análise reveladora sobre dois povos condenados a conviver**. Ed. Campus. Rio de Janeiro, 2003.

SCHWEID, ELIEZER. La identidad judeo-sionista: construcción y decostrucción. In: **Identidades judías, modernidad y globalización**. Ed. Lilmod. Buenos Aires, 2007.

SHLAIM, AVI. **A Muralha de Ferro: Israel e o Mundo Árabe**. Ed. Fissus. Rio de Janeiro, 2004.

SIVAN, EMMANUEL. Private pain and public remembrance in Israel. In: Winter, J.; Sivan, E.: **War and Remembrance in the Twentieth Century (Studies in the Social and Cultural History of Modern Warfare, pp. 177-204)**. Cambridge: Cambridge University Press. Cambridge, 1999.

Societe des Nations. **Mandat Pour la Palestine et Memorandum du Gouvernement Britannique Relatif a l'application de ce Mandat a la Transjordanie, Approuve par le Conseil de la Societe de Nations le 16 Septembre 1922**.

STERNHELL, ZEEV. **The Founding Myths of Israel**. Ed. Princeton University. New Jersey, 1998.